

“Dialogar para curar”: os encontros dialógicos no conflito Israel-Palestina

Natanael Gomide Junior¹

Resumo: O conflito entre Israel-Palestina já se estende por décadas e parece estar longe de sua resolução final, tendo em vista a crescente espiral de violência e extremismo político e religioso de ambas partes. É diante desse cenário de desesperança que tem atuado grupos locais mistos que tentam trazer a paz e a reconciliação por meio de encontros dialógicos. O argumento desenvolvido neste artigo pontua a importância dos agentes locais na construção da paz, vistos que os esforços *top-down*, por si só, se mostraram insuficientes para construir um caminho rumo a uma paz sustentável e duradoura. Para esta análise, utilizaremos como ‘guia’ o constructo analítico teórico dos Estudos para a Paz, centrados especialmente na resolução de conflitos e na Virada Local.

Palavras-chaves: Conflito Israel-Palestina; Estudos para a Paz; Encontros Dialógicos.

“Dialogue to heal”: the dialogic meetings in the Israel-Palestine Conflict

Abstract: The Israel-Palestine conflict has been going on for decades and seems to be far from its final resolution, given the spiral growth of violence, as well as political and religious extremism of both sides. Faced with this scenario of hopelessness that mixed local groups have tried to bring peace and reconciliation through dialogic meetings. The argument developed in this article highlights the importance of the local actors in peacebuilding efforts, since top-down efforts alone, have been proven to be insufficient to build a path towards a sustainable and lasting peace. For this analysis, we will use as guide the theoretical analytical construct of Studies for Peace, focusing specially on Conflict Resolution and the Local Turn.

Key Words: Israel-Palestine Conflict; Studies for Peace; Dialogic Meetings.

Introdução

O conflito, de forma mais intensa e explícita, entre árabes e judeus remonta a metade do século XX. Em 1947, o Mandato Britânico na Palestina repassa para a ONU a responsabilidade de arbitrar a escalada do conflito decorrente de uma imigração massiva de judeus sionistas europeus - que ocorria desde 1890 - e as demandas que surgiram em torno da constituição de um Estado para os judeus. Como uma medida de reparação aos horrores sofridos pelos judeus durante a II Guerra Mundial, é votada e aprovada em 28 de novembro de 1947, a partilha da Palestina histórica em dois países, um árabe e um judeu. Em 1948, é criado o Estado de Israel (SPANGLER, 2015).

Desde então, sucessivas guerras e uma espiral de violência vem permeando esta região. A expulsão de milhões de palestinos de suas terras para a criação do Estado de Israel fez com que estes buscassem

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos.

refúgio em países árabes vizinhos, como o Líbano e a Jordânia. Mas muito destes se tornaram refugiados dentro de seu próprio território, vivendo em campos de refugiados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

A expulsão dos palestinos de suas terras de origem, os ataques terroristas a civis israelenses e as questões não resolvidas de território em torno da constituição de um Estado palestino, somada ao crescente extremismo político e religioso de ambas partes, são catalisadores de um conflito que permeia décadas. Desde então, a culpa, o medo e o ressentimento parecem ser sentimentos difíceis de serem dissipados entre estes dois povos.

É diante desse cenário de sentimentos destrutivos mútuos, que surgem os movimentos pela paz próxima ao início da década de 1980. O grupo *Peace Now*, fundado em 1978, foi um dos primeiros movimentos a iniciar contatos com palestinos na busca por diálogo (BONAN, 2017). Desde então, vários grupos mistos despontaram na busca por diálogo e reconciliação entre árabes e judeus. O objetivo deste artigo é analisar a atuação de organizações mistas da sociedade civil na busca por diálogo e reconciliação, a partir do prisma teórico dos Estudos para a Paz. Para atingir este objetivo, recorreremos à revisão bibliográfica e à análise de documentos disponíveis nos *websites* das organizações da sociedade civil que atuam nesta região.

O argumento central desenvolvido neste artigo salienta a importância dos agentes locais na construção da paz, com ênfase para os encontros dialógicos. Isso envolve um trabalho árduo, contínuo e longitudinal no nível local, para que o medo, a desconfiança e os traumas possam ser paulatinamente ‘dissipados’.

Diante disso, o artigo está organizado em três seções. Na primeira, traço um breve histórico sobre o conflito Israel-Palestina. Na segunda seção, contextualizo brevemente a origem e os principais desenvolvimentos nos Estudos para a Paz. Na última parte, realizo uma análise da atuação das organizações mistas que atuam no conflito, salientando a importância dos encontros dialógicos como pilar da construção da paz.

Um breve histórico do conflito Israel-Palestina

Na metade da década de 1800, uma minoria de judeus europeus, que se referiam a si mesmos como sionistas, começou a falar, escrever, planejar e arrecadar fundos para estabelecer uma pátria judaica, distante da ainda “incipiente” perseguição cristã antissemita. A Argentina e Uganda foram considerados possíveis países para a constituição dessa nova pátria. No entanto, a ambição dos sionistas estava na Palestina, a terra prometida para os judeus. Quando os sionistas chegaram para se estabelecer na Palestina, a maioria da população era muçulmana, mas também haviam comunidades cristãs. Havia também palestinos judeus. A chegada dos sionistas começa por volta de 1890. Por volta de 1920, ficou claro para os habitantes mais antigos da Palestina que os sionistas judeus não queriam se integrar a comunidade já existente, mas possuíam a pretensão de formarem uma nova pátria, um Estado exclusivamente judeu, criado pelo recurso à força, caso necessário (SPANGLER, 2015).

Segundo Tessler (2009), as relações entre os primeiros sionistas e os palestinos incluíam exemplos de cooperação e também de conflito. Segundo o autor, no nível político, os primeiros contatos demonstraram que o nacionalismo árabe e o sionismo eram incompatíveis na Palestina.

As relações entre os primeiros colonos judeus e os vizinhos árabes camponeses parecia ser razoavelmente satisfatória. Houve alguns conflitos iniciais, mas a maioria estava relacionado com a insegurança geral da área e não tiveram consequências duradouras. Dessa forma, de acordo com um dos estudos mais abrangentes e objetivos sobre o assunto, depois que os árabes reconheceram os colonos judeus não poderiam ser desalojados, relações do dia a dia começaram a se tornar melhores e mais próximas, visto que a maioria das colônias sionistas empregavam de cinco a dez vezes mais árabes do que judeus (TESSLER, p. 127, 2009, tradução nossa).

Os horrores da perseguição, dos campos de concentração e da morte massiva de judeus durante a II Guerra Mundial, fizeram com que a reivindicação sionista ganhasse mais força. Desde 1918, a Palestina estava sob o jugo do Mandato Britânico. Diante do crescente ‘lobby’ para a constituição de um Estado judeu, o Mandato Britânico repassou para a ONU a responsabilidade de arbitrar essa controvérsia. Em 28 de novembro de 1947, a resolução 181² da Assembleia Geral da ONU aprovou a partilha da Palestina histórica em dois Estados, um judeu e outro árabe. Tendo em vista que era esperado que Israel recebesse sobreviventes e deslocados da II Guerra Mundial, o território corresponderia a 55% do território da Palestina histórica e o restante seria destinado a criação de um estado árabe. Jerusalém, seria internacionalizada (SPANGLER, 2015).

Após a partilha, em 1948 é criado o Estado de Israel. Este ato iniciou uma forte onda de violência entre os palestinos e os judeus, assim como entre o recém-criado Estado e seus vizinhos árabes, que prontamente declararam guerra. Durante o processo de votação na ONU, o *Jewish Militias*, depois fundido com as forças de defesa israelense (IDF), expulsou o tanto de palestinos que podiam, tanto de áreas do recém-criado Estado de Israel, como de territórios designados para constituir o Estado árabe. Por fim, os Estados árabes não conseguiram conservar nem os 44% de terra designado para ser o território árabe-palestino. O limite definido pelo armistício de 1949 se tornou a fronteira de Israel “*Green line*”. O Estado de Israel perdeu 1% de sua população, enquanto se estima que 50% da população palestina foram expulsas de suas casas, vilas e cidades. Os palestinos foram subjugados a um status dependente. Na Cisjordânia, ficaram sujeitos a lei jordaniana, e em Gaza, a lei do Egito. Muitos palestinos fugiram para países vizinhos, como Líbano, Síria, Jordânia e Egito. Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel começou a controlar a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (SPLANGER, 2015).

A ocupação israelense sob os territórios ocupados e a contínua construção de assentamentos judeus, fizeram com que a insatisfação entre os palestinos se exacerbasse de tal forma, que culminaram em protestos massivos contra o exército israelense, ficando conhecido como a primeira Intifada³. Nos inícios dos anos 1990, com a Intifada ainda em curso, os líderes israelenses repensaram os custos e benefícios de impor um bloqueio à Cisjordânia e Faixa de Gaza e também se mostraram dispostos a dialogar com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1993, a OLP e Israel assinaram uma Declaração de Princípios. A assinatura dessa declaração, conhecida como Acordo de Oslo - porque foi fruto de negociações secretas realizadas na Noruega - tinha o objetivo de alcançar um acordo de paz. No entanto, as numerosas reuniões de negociações, as várias cúpulas não chegaram a um acordo final. A tentativa de processo de paz alavancou o *gap* entre os israelenses e palestinos em questões chaves, como Jerusalém, a questão dos refugiados, segurança, fronteiras (TESSLER, 2009).

O segundo Acordo de Oslo, em 1995, intensificou a fragmentação geográfica da organização política palestina, visto que os territórios da Cisjordânia foram divididos em áreas A, B e C. A atual Autoridade Palestina passou a governar a área A, que engloba 18% das terras da Cisjordânia. A área B corresponde a 22% das terras na Cisjordânia e inclui inúmeras áreas rurais e a maior parte das vilas palestinas. Israel mantém controle sobre assuntos militares, enquanto a Autoridade Palestina administra as questões civis. A área C corresponde a 60% das terras na Cisjordânia, incluindo áreas rurais, vilas palestinas e assentamentos

2 O documento completo pode ser consultado por meio do link: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/181\(II\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/181(II))

3 A primeira Intifada se iniciou em 1987 como uma reação a ocupação dos territórios palestinos. Os protestos consistiam de os palestinos jogarem pedras em direção ao exército israelense. Esses protestos começaram a partir da morte de quatro palestinos e vários feridos por um tanque do exército israelense. Segundo Tessler (2009), duas questões foram essenciais para sustentar os protestos em massa nos territórios ocupados: as ações israelenses na Faixa de Gaza e na Cisjordânia; e os eventos do cenário internacional que aprofundaram o sentimento de isolamento entre os palestinos. A mensagem que a intifada queria ‘passar’ é de que não haveria paz até que a ocupação continuasse.

israelenses. Israel controla tanto os assuntos militares, quanto os civis nessa área. A Autoridade Palestina é responsável por oferecer serviços de educação e saúde para a população palestina residente nessa área (BONAN, 2017).

O assassinato de Yitzhak Rabin em 1995, então primeiro-ministro israelense, a ascensão da direita no poder por meio da sucessão de Benjamin Netanyahu, os problemas internos com a administração da Autoridade Palestina, as hostilidades entre o Fatah e o Hamas, os ataques suicidas em Israel, a decepção pela continuidade da construção de assentamentos na Cisjordânia, fizeram com que as esperanças no sucesso dos acordos de Oslo se esvaziassem de sentido. O ápice da insatisfação foi a segunda Intifada, na qual um ciclo de violência colocou fim aos esforços diplomáticos. Ambas as partes se culpavam pelo fracasso nas negociações de Oslo, retrocedendo na confiança e reconhecimento mútuo. As guerras em Gaza, a construção do muro na Cisjordânia, as restrições de movimento cada vez maiores representados pela construção de inúmeros de *checkpoints*, fizeram com que os anseios pela paz se tornassem cada vez mais distantes (BONAN, 2017).

Atualmente, estima-se que 12 milhões vivam em Israel e nos territórios palestinos ocupados, todos vivendo sob o controle israelense. Aproximadamente 6 milhões de judeus vivem em assentamentos ilegais em áreas da Cisjordânia ou das Colinas de Golã, antigo território sírio. Na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, há aproximadamente 2 milhões de refugiados, a maioria vivendo em campos de refugiados até mesmo entre palestinos, algumas das razões são: o medo de renunciar ao direito de retorno de suas terras que agora está sob o controle de Israel; não conseguem permissão para adquirir terra ou construir casas fora dos campos de refugiados ou por falta de recursos. Outros 3 milhões de palestinos vivem como refugiados em países árabes vizinhos (SPRANGLER, 2015).

Os estudos para a Paz

Apesar do pensamento sobre a paz poder ser remontado à antiguidade, estando presente em várias tradições filosóficas, religiosas e em movimentos pacifistas, os estudos enquanto área institucionalizada do saber científico remete aos anos 1950⁴, tendo surgido nos Estados Unidos. Entre os principais tópicos da agenda dos estudos para a paz, podemos citar, a questão das armas nucleares, o desarmamento e controle de armas, as técnicas de resolução de conflitos, as operações de paz, desmobilização, reconciliação e reconstrução pós-bélica, as migrações e os deslocamentos internos, a resistência não violenta, as formas de violência estrutural e cultural, a educação para a paz. Em seu início, a área dos estudos para a paz estava preocupada em desenvolver uma ciência normativa para a paz, cumprindo com o rigor científico, porém acreditando que a violência e a guerra teriam um valor negativo. Dessa forma, os estudos para a paz deveriam contribuir na prevenção, mitigação e resolução de conflitos violentos. Abordagens críticas, feministas, pós-estruturalistas construtivistas e pós-colonialistas também foram incorporadas com a abertura da disciplina de Relações Internacionais na década de 1980 (OLIVEIRA, 2017).

Este período descrito acima é tido como o ‘núcleo duro’ dos estudos para a paz, que vão dos anos 1940 até 1960, quando são criadas escolas, institutos especializados e quando ‘emerge’ o teórico mais influente deste campo, *Johan Galtung*. Anteriormente a isto, temos uma primeira geração dos estudos para

4 Nesse primeiro momento, o termo “paz” não é utilizado, mas se usa o termo “pesquisa do conflito” e os principais intelectuais empregados nessa pesquisa eram: Kenneth Boulding, Herbert Kelman e Anatol Rapoport, que criaram o *Journal of Conflict Resolution* em 1957 e o *Center for Research on Conflict* em 1959 (JPR, 1957 apud Oliveira, 2017). Essas pesquisas iniciais se inspiraram na revolução behaviorista como método de pesquisa. Já na Europa, os pesquisadores não tinham receio de utilizar abertamente a palavra “paz”, onde Galtung lançou o *Journal of Peace Research*, argumentando que a consistência teórica e não a confirmação de hipóteses deveria ser a preocupação central dos estudos (JPR, 1964 apud Oliveira, 2017).

a paz, que se inicia nos anos 1920 e se prolonga até 1940. Dentro desse contexto, salientamos a criação da disciplina de Relações Internacionais em 1919, e a primeira cadeira de estudos para a paz na França. A terceira geração dos estudos para a paz vão de 1960 até 1990, e as principais questões que norteiam os trabalhos são a preocupação nuclear; a injustiça no sistema internacional; a questão ecológica e a mediação internacional.

Os estudos para a paz assumiram desde sua concepção, uma identidade oposta ao realismo e aos estudos estratégicos. Havia uma crença entre estes pesquisadores, de que a paz poderia ser alcançada por meio de políticas e intervenções orientadas, que afirmassem a vida das pessoas e produzissem um mundo mais igualitário, justo e livre da manifestação da violência. Uma das características principais desta área de estudo é sua multidisciplinariedade, englobando estudos da Educação, Psicologia, Administração, Ciência Política, História. Outra característica marcante dessa área é o ‘olhar’ multinível das abordagens, onde observa-se os diferentes níveis implicados na formação dos conflitos e nas condições para a paz, incluindo o individual, o comunitário, o estatal e o internacional (OLIVEIRA, 2017).

Galtung (1969) inova ao incluir novos elementos nos fundamentos da paz. A paz para o autor, não abrange tão só a ausência de violência⁵, de conflitos (paz negativa⁶), mas a paz deve ser positiva, ou seja, para além da ausência de violência direta, deve inexistir violência estrutural e cultural nos contextos sociais. A violência estrutural se refere a violência que é sofrida de forma indiretamente. É uma violência construída por meio da estrutura de poder desigual e chances desiguais de vida. Os baixos índices de escolaridade, de renda e baixo poder de decisão nos rumos políticos são alguns desses ‘indicativos’ de violência. De outro lado, a violência cultural⁷, se refere aos elementos culturais que são mobilizados para legitimar a violência, estabelecendo, portanto, um “nível normal” de violência. Dessa forma, no pensamento do autor, a paz está intimamente relacionada com a justiça social.

Outro desenvolvimento teórico importante a se ressaltar é a formulação de três ‘abordagens’ para a paz: *peacekeeping*; *peacemaking* e *peacebuilding*, desenvolvidas por Galtung (1976), que serão posteriormente incorporadas nas operações de paz da ONU. No *peacekeeping*, o objetivo central é “separar” as partes em conflito, seja por meio de ameaças aos que transgredirem a ‘ordem’ ou o envolvimento de uma terceira parte no conflito. Já no *peacemaking*, as partes são induzidas a estabelecerem um acordo entre elas. O *peacebuilding* envolve uma gama de medidas que tem o objetivo de reduzir o risco de retorno ao conflito, fortalecendo as capacidades nacionais em todos os níveis para a gestão de conflitos. É um processo complexo, de longo prazo para criar as condições necessárias para uma paz sustentável. Nesse ‘passo’, as causas estruturais do conflito violento são entendidas de uma maneira compreensível (UNITED NATIONS, 2008).

A atuação de grupos locais no conflito Israel-Palestina

O grupo *Peace Now*⁸, fundado em 1978, foi um dos primeiros movimentos do lado israelense a

5 A violência, para o autor, é entendida como a diferença entre o potencial e o atual humano, e a violência impede justamente a diminuição desta distância. Em outras palavras, a violência é quando o potencial humano não é alcançado, de acordo com as condições socialmente instituídas (GALTUNG, 1969).

6 A paz negativa se refere a ausência de conflitos e violência direta. São todos os atos que fere as pessoas fisicamente, como tiros, facadas, por exemplo. A violência também pode ser de ordem psicológica (GALTUNG, 1969).

7 O conceito de violência cultural foi incorporado pelo autor na década de 1990. O argumento central é de que algumas formas da existência humana, como a religião, a linguagem, a arte, a ciência podem reforçar as formas estruturais e diretas da violência: machismo, fundamentalismo, nacionalismos, colonialismo, meritocracia, militarismo, etnias produzem relações binárias entre bom/mau, escolhido/não escolhido, inferior/superior, amigo/inimigo, racional/emocional (OLIVEIRA, 2017).

8 O grupo exerce pressão sob as autoridades israelenses para que um novo acordo de paz seja negociado e que a ocupação nos territórios palestinos chegue ao fim. Mais informações sobre as atividades da organização podem ser encontradas por meio deste link: <http://peacenow.org.il/en/>

iniciar contatos com palestinos na busca por diálogo. Janet Aviad, 2017 apud Bonan, 2017, liderava as iniciativas da organização. Ela dizia que o objetivo da organização era mostrar a sociedade e ao governo israelense a existência de um parceiro palestino para a paz. Até esse momento não havia um movimento pela paz na Palestina, da mesma maneira que existia em Israel, porém existia um anseio pela resolução do conflito e pela criação de um Estado. A organização manteve contato com prefeitos palestinos e vilas na Cisjordânia, para promover encontros públicos de debate e confraternização. De acordo com a idealizadora da organização, era o que se poderia realizar naquele momento, visto que as duas sociedades se mantinham distantes uma da outra.

Do lado palestino, a cidade de Beit Sahour, próxima a Belém, na Cisjordânia, possui a reputação de ser centro de um ativismo político e da resistência não violenta nas décadas de 1980 e 1990. Durante a Primeira Intifada, a cidade organizou um boicote ao pagamento de impostos a Israel. O *Palestinian Center for Rapprochement between peoples*⁹ (PCR) teve papel fundamental nesse boicote. O centro ainda foi pioneiro no uso de técnicas de resistência não violenta na Palestina, oferecendo treinamento para a população local em gerenciamento de conflito, resistência pacífica e diálogo transcultural. O PCR também foi o primeiro grupo palestino a ter um projeto formal de diálogo com os israelenses. O projeto foi a iniciativa mais duradoura entre palestinos e israelenses, tendo continuado por doze anos, mesmo com a segunda intifada e com a violência crescente (PCR, 2017; QUMSIYEH, 2017 apud BONAN, 2017).

Durante as negociações de Oslo, as iniciativas de encontro pela paz passaram a ser chaves componentes do acordo. Chamadas de *People-to-people*, as atividades de diálogo propostas no acordo tinham por objetivo encorajar um processo de re-humanização do outro, gerando empatia, cooperação e entendimento, esperando-se como resultado final a cooperação (PUNDAK, 2005 apud Bonan, 2017). A década de 1990, em suma, é considerada os anos dourados pelo movimento pela paz. No entanto, os acordos de Oslo foram vistos por muitos do movimento pela paz como sendo constituídos para construir a paz para os líderes e não para as pessoas (AWERBUCH, 1997).

Segundo Awerbuch (1997), é após a assinatura dos Acordos de Oslo que se pode visualizar o aparecimento¹⁰ de movimentos pela paz palestinos, entre estes: *The movement for Peace and Understanding from Gaza and Khan Yunus; The Dialogue Group in Nablus; The Tulkarem Dialogue Group; The Qalqilya peace movement; The Youth movement for peace in Ramallah; The Youth movement for peace in Gaza; The Ibda' Organization in Hebron for Encouraging Talented Youth*. Esses movimentos foram os primeiros a fazerem contatos com o grupo israelense *Peace Now*:

Infelizmente, os atos de violência que acompanharam o processo de paz bloquearam o desenvolvimento natural desses movimentos. A maior parte do território palestino está ainda ocupado e não se criou uma atmosfera de liberdade que facilitasse o diálogo com base na igualdade real. Nas ruas palestinas, dúvidas em torno do processo de paz prevaleceram o tempo todo. À medida que o processo avançava, sermões eram até mesmo pregados nas mesquitas contra toda iniciativa de diálogo, em particular, contra encontros entre palestinos e jovens israelenses, que eram apresentados como “corruptos morais” (AWERBUCH, 1997, não paginado, tradução nossa).

A “euforia” em torno de uma possível resolução do conflito a partir dos Acordos de Oslo, é frustrada pela eclosão da segunda Intifada, nos anos 2000. A partir desse momento, muitas organizações pela paz

9 Mais informações sobre essa organização podem ser encontradas neste link: <https://www.pcr.ps/>

10 No entanto, é importante frisar que movimentos organizados pela sociedade civil palestina já existiam durante o período da primeira intifada, no nível individual, providenciando assistência humanitária durante os conflitos. No nível coletivo, o movimento se focava no diálogo político com vistas a alcançar alguns objetivos, como o reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a luta contra os assentamentos judeus e o reconhecimento do direito dos palestinos a um Estado independente (AWERBUCH, 1997).

que promoviam diálogo intercultural, decidem não mais trabalharem juntas. Segundo Bonan (2017), os Acordos de Oslo duraram dez anos e conduziram a uma situação pior do que já se encontrava. Ainda segundo a autora, Israel nos últimos anos tem o governo mais à extrema direita de sua história. Netanyahu possui uma política inflexível de manutenção da segurança, na qual é preferido o uso da força, ao invés da diplomacia. Mahmoud Abbas, é considerado um líder fraco e ineficaz, cuja autoridade é prejudicada pelo fortalecimento do Hamas na Faixa de Gaza, quanto pela fraca democracia na Cisjordânia. Israel não aceita negociar com o Hamas, que considera grupo terrorista, e o impasse continua.

Segundo Pogodda e Richmond (2016), sucessivos governos israelenses têm demonstrado que seu entendimento de paz implica no controle israelense sob a Palestina em relação à segurança, economia e recursos, assim como as fronteiras, os assentamentos e suas infraestrutura. Isso contradiz o entendimento palestino sobre paz, baseado em soberania mútua, autodeterminação, integridade territorial e segurança. Uma reconciliação entre essas duas noções não foi alcançada. Ainda segundo eles, Israel tem utilizado a assimetria estrutural e de poder (riqueza, alta tecnologia militar e aliança próxima com os EUA) para impor suas noções de paz como controle sob os palestinos, que são auto dependentes, com mecanismo de governança temporária sem uma representação militar ou efetiva de seus interesses no Conselho de Segurança da ONU.

É diante desse cenário de recrudescimento das relações, tanto no nível pessoal, quanto no político, entre israelenses e palestinos, que algumas organizações mistas ainda atuam para tentar reverter o ódio e semear a paz e a reconciliação entre estes povos. Para além das inúmeras atividades que exercem, nosso objetivo central neste artigo está em analisar a atuação destas na promoção de encontros dialógicos, visto que o argumento aqui sustentado é de que somente um processo longitudinal, diário e de ampla escala pode trazer a paz e a reconciliação para este conflito duradouro. Isso não significa que descartamos e não consideramos os esforços ao nível político, que são de fato essenciais para mudanças abruptas e estruturais, mas o argumento aqui sustentado é de que somente com esforços diários, enraizados no mundo da vida cotidiana em que se movem as pessoas, é que a paz e a reconciliação se tornam possíveis. Isso envolve mudança de mentalidades e são necessárias inúmeras atividades para que o estigma, o medo, o ódio e os traumas possam ser lentamente dissipados.

Uma das organizações mistas mais atuantes atualmente é a *Parents Circle Families Forum*¹¹ (PCFF). Esta é uma organização não-governamental, composta por mais de 600 famílias de israelenses e palestinos, que perderam algum de seus entes em decorrência do conflito. Foi criada em 1995, e o primeiro encontro intercultural foi realizado em 1998. Entre as muitas atividades realizadas por esta organização, estão os encontros dialógicos e o projeto “*Two Sides*”, que visam encorajar o reconhecimento do outro, seus traumas, angústias e receios, para que consigam ‘enxergar’ o que possuem em comum, para além das diferenças. O título do projeto “*Two Sides*” enuncia: “*The color of our blood is red, the suffering that each of us experienced is enormous, all of our tears are equally bitter. If we can talk to each other everyone can*”¹². Nesse projeto, os participantes relatam suas experiências dos encontros coletivos e descrevem como ‘parece’ ser o conflito a partir da visão do outro, fortalecendo a visão de que a paz é a única solução (PCFF, 2018).

Uma das participantes desses encontros periódicos, a palestina Ikhlas Ishtaya, relata o impacto positivo que este projeto teve para alterar seus sistemas de valores e crenças em relação aos que se encontravam do ‘outro lado’:

11 <http://theparentscircle.org/en/pcff-home-page-en/>

12 “A cor do nosso sangue é vermelha, o sofrimento que cada um de nós experimentamos é enorme, todas as nossas lágrimas são igualmente amargas. Se podemos falar uns com os outros, todos podem”.

Antes de fazer parte do projeto, eu pensava que havia poucos israelenses que eram a favor da paz e que a maioria deles eram assassinos violentos, especialmente os mais jovens. Como resultado da minha participação no projeto, e escutando as histórias de dor e medo das mulheres israelenses, eu entendi que os israelenses também têm histórias dolorosas derivadas do conflito. Fiquei muito emocionada com as histórias porque ao final do dia, eles são pessoas com sentimentos assim como eu (PCFF, 2018, tradução nossa).

A organização vê a si mesma como uma ponte entre as sociedades israelenses e palestinas, e é aceita pela maioria dos dois lados. A organização acredita que o processo de reconciliação deve ser estabelecido pelo povo e para o povo, a parte de qualquer processo político e nacional. Tal organização promove a reconciliação como alternativa ao medo, ao ódio e a vingança que flagelam essa região, por meio de vários projetos e programas imaginativos que comunicam, educam e inspiram abordagens mais moderadas ao *peacebuilding*: “They demonstrate that even though they have paid the highest price in this conflict, they can acknowledge the other’s pain and humanity rather than seek revenge for their losses¹³” (KITAIN, 2007, p. 100).

Outra ferramenta importante utilizada por esta organização na tentativa de trazer paz e reconciliação entre as comunidades são os encontros dialógicos. Os encontros dialógicos, destinados a jovens e adultos, são realizados em escolas, centros comunitários e em outras estruturas. Os encontros são conduzidos por dois membros da organização, um israelense e outro palestino, que contam suas histórias pessoais de luto e explicam sua escolha por se engajar na reconciliação, ao invés de perseguir a vingança. Ao longo dos anos, a organização coordenou quase 7.000 encontros dialógicos, com mais de 200 mil participantes. Todo ano, os membros da PCFF também são convidados a participarem de eventos no exterior, dando aulas e comparecendo em conferências (PCFF, 2018).

Segundo Bar-Tal (2007), os conflitos ‘intratáveis’ tendem a “fechar” as mentes das partes em conflitos, estimulando uma “visão de túnel”, onde abordagens alternativas aos conflitos são tidas como irreais e impossíveis de serem alcançadas. Ainda na linha de argumentação do autor, essa visão é sustentada por uma infraestrutura sociopsicológica, emergente a partir do conflito e se estabelece como fator principal para a continuação do conflito e enquanto barreira para a resolução deste. Dessa forma, para que mudanças positivas nos relacionamentos entre as partes possam ser concretizadas, é necessário que se altere os repertórios dessa estrutura sociopsicológica. Para essa mudança positiva, no nível mais elementar, é preciso que se reconheça que há duas memórias coletivas do conflito, uma israelense e outra palestina. Mas a mudança mais substancial, requer, que por meio de processo de negociação, as partes em conflito irão de forma crítica, rever sua própria narrativa de passado e ‘sincronizar’ isso com a outra parte, fazendo com que emerja uma nova narrativa mútua do conflito (Bar-Tal, 2000 *apud* Nets-Zehngut e Bar-Tal, 2007).

Outra organização da sociedade civil ainda atuante na promoção da reconciliação entre os dois povos, promovendo encontros dialógicos, é a *Combatants for Peace*¹⁴. O *slogan* desta organização diz: “Há uma outra maneira: essa outra maneira começa com o conhecimento da história do outro”. Entre as muitas atividades realizadas por esta organização, destacamos os encontros dialógicos. Por meio das narrativas pessoais, os encontros objetivam que ambos escutem e aprendam sobre a perspectiva do outro: “Nossos membros compartilham suas histórias pessoais, enfatizando seu envolvimento passado no ciclo de violência e compartilham o processo de transformação pelo qual passaram” (*Combatants for Peace*, 2018, tradução nossa).

Apesar dos efeitos positivos longitudinais que os encontros dialógicos promovem, ao alterarem a percepção e sistema de crenças em relação a outra parte envolvida no conflito, o palestino Muhammad El

13 “Eles demonstram que embora tenham pago o preço mais alto neste conflito, eles podem reconhecer a dor e a humanidade do outro, ao invés de buscar vingança por suas perdas”.

14 <http://cfpeace.org/>

Bao, um dos facilitadores dos encontros dialógicos promovidos pela PCFF, argumenta que tem percebido visões cada vez mais extremistas entre os jovens de ambos os lados do conflito (PCFF, 2018).

Além do extremismo político e religioso de ambos os lados, as restrições de movimento dos palestinos, a segregação espacial¹⁵ e psicológica entre os dois povos são fatores adicionais que colocam em xeque a organização de encontros dialógicos entre os dois povos. Segundo Bonan (2017), as organizações da sociedade civil engajam-se atualmente em promover a reconciliação, a coexistência, a cura de traumas históricos e tentam estabelecer relacionamentos de amizade. Há um foco nos indivíduos e na transformação pessoal, na expectativa de que essa transformação crie uma cultura de paz, substituindo a cultura do ódio e da violência. Segundo a autora, o que se percebe é que a atuação das organizações, pós acordos de Oslo, voltou ao estágio inicial, desempenhando uma função de “quebrar as barreiras” existentes entre as duas populações. A autora também percebe um cansaço e uma desesperança nas falas dos ativistas pela paz que atuam há mais de 20 anos.

Os estudos de resolução de conflitos têm como premissa básica de que os conflitos são inerentes a vida humana. Dessa forma, os conflitos não podem ser evitados, mas sim transformados. Portanto, o foco está na natureza não destrutiva dos conflitos. Estes estudos estão focados em abordagens e processos que buscam compreender as necessidades fundamentais das partes envolvidas no conflito. A transformação de conflitos enfatiza a necessidade da transformação das instituições e dos discursos que reproduzem a violência, bem como a transformação das partes em conflito e seus relacionamentos (RAMBSOTHAM; WOODHOUSE; MIALL, 2011).

Entre as variadas técnicas de resolução de conflitos, salientamos o desenvolvimento teórico sobre os *workshops* dialógicos. Tais *workshops*, ou como chamados aqui, encontros dialógicos, possuem o objetivo de compartilhar conhecimentos, desenvolver e aprender novas habilidades e encontrar a outra parte do conflito. Estes possuem dois objetivos primazes: influenciar a política no seu mais alto nível, ao trazer novos pensamentos para os líderes políticos, por intermédio dos participantes dos *workshops*. De outro lado, numa perspectiva menos “audaz”, mas não menos complexa e longitudinal, os encontros dialógicos visam mudar a maneira pela qual as pessoas pensam e agem no nível local, dando a elas capacidades para que melhorem a vida cotidiana dos ambientes que os circundam. Nos primeiros dias de *workshop*, os participantes devem desenvolver ferramentas para falar e entender sobre o problema que os dizem respeito, até que se sintam seguros e o gelo se “quebre” (FRANCIS, 2002).

Esses espaços são desenhados para ajudar os dois lados a ver o conflito entre eles como um problema que precisa ser resolvido juntos e que o processo de negociação deve ser um esforço conjunto para que os interesses de ambas partes convirjam, ao invés de uma batalha para fixar posições. Contribuem para o desenvolvimento da sociedade civil, para a criação de organizações locais ao facilitar a participação ativa na vida econômica, política, social e cultural. Além disso, tais encontros também são importantes caso os participantes tenham acesso aos líderes políticos ou sejam capazes de traduzir novas ideias em pressão pública, tendo um impacto no nível mais alto da política, onde as decisões são feitas para acabar com a violência direta. Ademais, os encontros ajudam a diminuir a violência cultural que legitima a violência direta ou estrutural (FRANCIS, 2002).

15 Eventos conjuntos realizados na Cisjordânia desencorajam a presença de israelenses, visto que em algumas áreas, os israelenses não podem adentrar, correndo o risco de sofrerem processo civil, caso desrespeitem a lei. O Muro da Cisjordânia, é outro empecilho na organização das atividades, visto que torna as viagens mais longas, fragmentando a sociedade palestina. Além disso, o muro é fonte constante de pressão psicológica, pela sensação de clausura e aprisionamento que causa. Além de todas essas questões, existe o fato da Cisjordânia não estar localizada no *Google Maps*. O controle sob Gaza é ainda maior, estes são raramente permitidos adentrarem em Israel e viajarem para o exterior (BONAN, 2017).

Como podemos ver, no conflito Israel-Palestina, os esforços *top-down* para a construção da paz não obtiveram êxito. Os acordos de Oslo foram considerados um fracasso, aumentando a dependência palestina diante de Israel e fazendo emergir uma nova espiral de violência, com a segunda Intifada. De outro lado, os esforços de democratização dos territórios palestinos a partir da coalização Israel-EUA se mostraram ineficientes (POGODDA; RICHMOND, 2016). Dessa forma, o argumento sustentado neste artigo é de que somente com uma paz construída em suas bases, ao nível cotidiano e das relações sociais é que se pode forjar uma paz duradoura e bem-sucedida entre os dois povos. E é nesse cenário que se insere a importância dos encontros dialógicos. Tais iniciativas são fundamentais para minar a desconfiança, o medo e o ressentimento dos traumas passados e presentes, conduzindo a um futuro mais harmonioso. Esses encontros dialógicos também se constituem enquanto essenciais para a formação de uma sociedade civil contraposta às políticas nacionalistas, de ambos os lados. Ainda que no nível governamental, tais políticas possam de fato ganhar cada vez mais ‘terreno’, uma sociedade civil que toma a paz enquanto parte central de suas vidas, pode minar paulatinamente tais políticas, corroendo a credibilidade dos governos que as sustentam.

Esse processo não é simples, mas sim de longo prazo e complexo. Isso se explica pela longevidade do conflito, que carrega muitas mortes violentas, traumas e cicatrizes que são difíceis de serem ‘fechadas’. É somente um trabalho árduo, diário e enraizado no mundo da vida (HABERMAS, 1992) dos cidadãos comuns que as mentalidades podem ser alteradas. Isso não significa que se deva esquecer as dores passadas e presentes, mas lembra-las enquanto incentivo para a construção de um futuro de paz. Tal prática requer que ambos os povos reconheçam que possuem um futuro em comum. A proximidade geográfica, os laços culturais e religiosos, e a terra - tida por ambos enquanto sagrada e preciosa – torna tais povos indissociáveis. Tais encontros dialógicos permitem o reconhecimento intersubjetivo entre os dois povos, permitindo um mútuo reconhecimento.

Todo esse esforço de construção da paz requer o que Lederach (2005) designa de imaginação moral. Tal imaginação requer que as pessoas pensem em uma rede de relacionamentos que inclua seus inimigos (envolve humildade e auto reconhecimento); a habilidade de sustentar uma curiosidade paradoxal¹⁶; a crença fundamental e a perseguição do ato criativo¹⁷ e a aceitação do risco¹⁸ inerente de andar no mistério do desconhecido que está para além do familiar. Ainda segundo o autor, em cada história que envolve conflitos violentos e animosidade, a construção da paz envolve um ponto de virada e um movimento em direção a um novo horizonte em ordem para redefinir o momento e o relacionamento.

A premissa de que a paz deve ser construída no nível mais ‘elementar’, ou seja, no nível das relações sociais cotidianas é um argumento chave da Virada Local, nos estudos para a paz. Dito em outras palavras, o local é indispensável na construção da paz. Os autores dessa abordagem tecem críticas tenazes ao projeto da paz liberal, visto que estes seriam dirigidos externamente por pessoas que em nada compartilham ou conhecem das dinâmicas locais onde o *peacebuilding* é construído, trazendo, na maioria das vezes, mais malefícios do que benefícios para essas sociedades.

16 Tal curiosidade paradoxal envolve o respeito pela complexidade; uma recusa em “cair” em categorias dualísticas do conflito; uma curiosidade para unir energias sociais aparentemente contraditórias em um todo maior; a busca por uma “coisa” que está para além do visível. Em suma, a curiosidade paradoxal estimula e provoca a imaginação moral, se recusando a cair em divisões dualísticas do tipo: “nós somos os certos, eles os errados”. A curiosidade paradoxal explora um mundo de possibilidades além dos argumentos imediatos e definições limitadas de realidade (LEDERACH, 2005).

17 Envolve se mover em direção a algo novo e inesperado (LEDERACH, 2005).

18 De acordo com Lederach (2005), o risco é ter alma e coração, e recusar o prescrito. É a disponibilidade de sofrer riscos que o caminhar pelo desconhecido proporciona.

Além disso, as operações de paz são tidas como etnocêntricas; elitistas; superficiais; focadas em questões de segurança; tecnocráticas; de natureza neoliberal e de curto período, não propiciando que uma paz sustentável seja construída (GINTY, 2011).

Ginty e Firchow (2016), por exemplo, mostra o poder que alguns atores possuem para reescrever ou sobrescrever (*over-write*) as narrativas de conflito de outros atores. A partir do caso dos Acordos de Oslo, os autores apresentam como os acordos foram vistos por muitos atores ocidentais como sendo uma chance de colocar fim a espiral de violência na região, apesar das evidências de que o processo de paz não existia no nível local, das relações sociais. No entanto, a narrativa da paz continuou, mesmo após inúmeros críticos palestinos terem alertado sobre a ineficiência de seus representantes e quanto a atitude de Israel de realizar poucas concessões. Apesar de todo esse cenário, os líderes ocidentais usavam regularmente frases como “pontapé inicial” ou recomeço do processo de paz (KISSINGER, 1997 *apud* GINTY; FIRCHOW, 2016).

É importante ressaltar, no entanto, que a Virada Local possui dois momentos distintos. A primeira¹⁹, emergente na década de 1990, enfatizava a necessidade de empoderamento das pessoas locais como construtoras da paz, em contraposição a intervenções pensadas e dirigidas externamente. Nesse primeiro momento, um dos teóricos expoentes é John Paul Lederach. De outro lado, a segunda Virada Local²⁰ se inicia a partir de uma reação crítica ao projeto internacional da paz liberal, em particular após as falhas de *peacebuilding* e *statebuilding* no Afeganistão e no Iraque. Esses teóricos entendem as pessoas locais das operações de paz como uma forma de resistência contra o discurso dominante e prática internacional da paz liberal. Aqui, o local é definido em contraposição ao internacional (PAFFENHOLZ, 2015). Alguns dos principais teóricos dessa abordagem são Oliver Richmond, Roger Mac Ginty. Segundo Gomes (2013), esses estudos estão em boa parte ancorados pelo viés pós-colonial, destacando a capacidade de agência da população local e como eles negociam, resistem e subvertem o projeto da paz liberal pós-conflito. A construção da paz de cima para baixo, atendendo mais aos interesses dos interventores – em especial, atores internacionais – resultaria na criação de instituições estatais fracas, na qual a população não confiaria no novo Estado e na economia criada.

Como contraposição ao projeto da paz liberal, Richmond (2016) desenvolve o conceito de *peace formation*²¹. Segundo o autor, levar a “sério” tal conceito demanda atenção cultural, social, econômica e política nas escalas locais e globais. Seguindo essa linha de argumentação, evidências indicam que as organizações para a paz locais possuem essas sensibilidades, enquanto as elites estatais e internacionais operam a partir de uma visão simplista e “cega” sobre o relacionamento entre paz, sociedade, política, instituições e economia. Em resumo, o *peace formation* representa uma virada anti-neocolonial, um despertar político, uma tentativa de gerar conhecimento, instituições, direitos e sistemas orientados às necessidades cotidianas locais, buscando produzir emancipação dos indivíduos.

Em suma, o argumento desenvolvido aqui neste artigo é de que os agentes locais são essenciais na construção da paz. Um acordo político de paz *top-down* não é suficiente para trazer uma paz sustentável e duradoura entre israelenses e palestinos. As dores, ressentimentos e traumas entre os dois povos são muitos, e somente um trabalho árduo, contínuo e longitudinal, como realizado pelas organizações da sociedade

19 Nessa primeira geração, os teóricos Johan Galtung e Paulo Freire são as principais influências para o pensamento e ‘formulação’ dos trabalhos (PAFFENHOLZ, 2015).

20 O *background* teórico de inspiração para esses autores da segunda Virada Local é centrado nos trabalhos de Michel Foucault, Homi Bhabha, entre outros (PAFFENHOLZ, 2015).

21 O autor reconhece que o *peace formation* não consegue responder rapidamente e efetivamente ao poder direto e estrutural. Os *peace formers* (agentes da construção da paz) devem ser bem ‘relacionados’ e conhecer intimamente o contexto local, bem como suas configurações de poder (RICHMOND, 2016).

civil nos encontros dialógicos, podem minar o ódio e a desconfiança. Isso não significa que descartamos as iniciativas políticas de construção da paz. Ao contrário, o encorajamento e a institucionalização do diálogo entre os dois povos – algo raramente visto neste conflito – se constituiria enquanto ferramenta imprescindível na luta pela construção da paz.

Considerações finais

Como pudemos verificar, apesar de toda a desesperança e cansaço pós-Acordos de Oslo, algumas organizações da sociedade civil ainda continuam atuando na busca por paz e reconciliação entre israelenses e palestinos. O argumento desenvolvido neste artigo caminhou no sentido de ressaltar a importância dos encontros dialógicos promovidos por tais organizações, visto que ajudam a minar o medo, a desconfiança, os traumas (passados e presentes) entre estes dois povos. Tais encontros permitem um reconhecimento intersubjetivo das aflições que permeiam cada lado do conflito, permitindo que as partes possam visualizar um horizonte – ainda que muito distante – de uma paz, genuína e duradoura. Somente o diálogo pode abrir caminhos para o entendimento e compreensão das necessidades e angústias experimentados pela outra parte do conflito. Isso requer um trabalho árduo e longínquo para que as mentalidades de ambos os lados do conflito possam ser alteradas.

Em suma, salientamos que os agentes locais são imprescindíveis na construção da paz. Como demonstrado, os esforços políticos *top-down*, pautados principalmente a partir dos Acordos de Oslo e a tentativa de democratização da Palestina, não foram suficientes para trazer a paz para essa região, visto que não havia paz no nível local, das relações sociais cotidianas, fazendo emergir uma nova onda de violência a partir da segunda Intifada. Dessa forma, somente uma paz construída em suas bases, ao nível cotidiano e das relações sociais é que se pode forjar uma paz duradoura e bem-sucedida entre os dois povos. E como já salientado, isto não significa que descartamos ou deixamos de reconhecer os méritos dos esforços políticos, realizados ou vindouros na tentativa de construção pela paz.

Referências

- AWERBUCH, Motty. Building Peace: an ABC of Peace Now-Palestinian Dialogue. A history of grass-roots Israeli-Palestinian dialogue. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture**, v. 4, n. 2, 1997.
- BAR-TAL, Daniel. Sociopsychological Foundations of Intractable Conflicts. **American Behavioral Scientist**, v. 50, n. 11, p. 1430-1453, 2007.
- BONAN, Eliceli Katia. **Diálogo não oficial no conflito israelo-palestino: os desafios do movimento pela paz após o colapso das negociações de Oslo**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- COMBATANTS FOR PEACE. **Our Activism**. Disponível em: <<http://cfpeace.org/encounters/>>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.
- FRANCIS, Diana. **People, peace, and power: conflict transformation in action**. London: Pluto Press, 2002.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.
- GALTUNG, Johan. Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, peacebuilding. In: GALTUNG, Johan. **Essays in peace research: peace, war, and defense**, v. 2. Copenhagen: Ejler Publisher, 1976.
- GOMES, Aureo de Toledo. Da Paz Liberal à Virada Local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções**, v. 2, n. 3, p. 46-76, 2013.

- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Frankfurt: Taurus, 1992.
- KITAIN, Boaz. Grieving but Growing Palestinians and Israelis in the Parents Circle-Families Forum. In: KURIANSKY, Judy. **Beyond Bullets and Bombs: Grassroots Peacebuilding between Israelis and Palestinians**. Westport: Praeger, 2007.
- MAC GINTY, Roger. **International Peacebuilding and Local Resistance: hybrids forms of peace**. New York: Pallgrave, 2011.
- MAC GINTY; FIRCHOW, Pamina. Top-down and bottom-up narratives of peace and conflict. **Politics**, v. 3, n. 3, p. 308-323, 2016.
- LEDERACH, John Paul. **The moral imagination: the art and soul of building peace**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- NETS- ZEHNGUT, Rafi; BAR-TAL, Daniel. The Intractable Israeli-Palestinian Conflict and Possible Pathways to Peace. In: KURIANSKY, Judy. **Beyond Bullets and Bombs: Grassroots Peacebuilding between Israelis and Palestinians**. Westport: Praeger, 2007.
- OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.
- PAFFENHOLZ, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 5, p. 857-874, 2015.
- PARENTS CIRCLE FAMILIES FORUM. **Dialogue Meetings**. Disponível em: <http://theparentscircle.org/en/pcff-activities_eng/dialogue_meetings_eng/>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.
- PARENTS CIRCLE FAMILIES FORUM. **Two sides**. Disponível em: <http://theparentscircle.org/en/pcff-activities_eng/two-sides-eng/>. Acesso em: 12 de dez. de 2018.
- POGODDA, Sandra; RICHMOND, Oliver. Peace Formation versus Everyday State formation in Palestine. In: POGODDA, Sandra; RICHMOND, Oliver. **Post-Liberal Peace transitions**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.
- RAMBSOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom; MIALL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**. London: Polity, 2011.
- RICHMOND, Oliver. **Peace formation and political order in conflict-affected societies**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- SPANGLER, Eve. **Understanding Israel/Palestine: Race, Nation, and Human Rights in the Conflict**. Rotterdam: Sense Publishers, 2015.
- TESSLER, Mark. **A history of the Israeli-Palestinian Conflict**. Indianapolis: Indiana University Press, 1994.
- UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines**. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/Capstone_Doctrine_ENG.pdf>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

Subetido em: 01.01.2019

Aceito em: 11.12.2020